

A PROBLEMÁTICA DA NACIONALIDADE VISTA DA PERSPECTIVA DA LITERATURA COMPARADA*

Hugo Dyserinck

Seria realmente desnecessário recordar aqui, em detalhe, que as ciências humanas sempre tiveram, em nossa tradição universitária europeia, uma abrangência política. Pelo contrário, seria atualmente um pouco menos banal mostrar que isso não apenas é válido para uma disciplina como a história, que se confronta em seu trabalho *ipso facto* com acontecimentos políticos enquanto objeto de estudo e pesquisa, mas também para disciplinas como a arte, a lingüística e a literatura, cujo significado na sociedade, hoje, visto da perspectiva da vida cotidiana e, naturalmente, também da política, é facilmente encarado como luxo. E nada pode evidenciar isso melhor do que o papel que determinadas teorias filológicas específicas, teorias lingüístico-filosóficas e até mesmo as de história da literatura, tiveram no desenvolvimento do pensamento nacional no âmbito europeu. Quando se encara, atualmente, como normal e, por assim dizer, natural que os habitantes da Europa sejam uma comunidade de diferentes povos, ou quando, de modo geral, se tende a ver esses povos como coletividades, diferentes umas das outras, porque falam línguas diferentes, e quando se encara como normal o fato de que um povo, que se distingue através de uma língua própria, constitua uma nação, possivelmente também com caráter próprio, para, por fim, viver, de preferência, em um estado próprio, temos aí, então, concepções, cuja evolução se prende à literatura, desdobrada nos ramos da história da literatura, da crítica literária, da teoria da literatura, etc., que freqüentemente teve seu papel desvalorizado.

Sobre a formação do conceito “povo” nas teorias lingüística e literária

Os conceitos em pauta não foram, de modo nenhum, aceitos sempre da mesma maneira, com a mesma validade universal de hoje e, há alguns séculos, os modelos de pensamento nacional, hoje considerados normais e naturais (isto é, modelos de nações e de povos), eram tudo menos óbvios. Na Europa, têm sua origem, a rigor, na baixa Idade Média e, de fato, só foram desenvolvidos e, de modo geral, aceitos em seu significado atual, no decorrer do século XVIII. E não foram os estetas, os teóricos literários e até mesmo os poetólogos os últimos a lhes darem, de maneira peculiar, o tom no contexto da transição do Iluminismo e do Romantismo. Foram os especialistas da área da pesquisa lingüística e literária (que não eram de modo algum alheios aos elos então existentes) os que apontaram, no decorrer dos séculos XVIII e XIX em diversos países europeus, para a identidade específica que, pretensamente, existia em cada povo, para a necessidade de se observar de novo esse fenômeno, sobretudo em oposição a concepções assim chamadas “niveladoras” dos homens do século XVIII, o século do

* - Dyserinck, Hugo - Die Problematik der Nationalität aus der Sicht der Vergleichenden Literaturwissenschaft. In: *Entstehung und Bewahrung einer Nation - ein Thema der Gesellschaftsgeschichte?* Tagung des Landesverbandes nordrhein-westfälischer Geschichtslehrer in Zusammenarbeit mit der Landeszentrale für politische Bildung Nordrhein-Westfalen vom 27. bis 29. Juni 1988 im Gustav-Stresemann-Institut e. V. in.. Bonn. Paderborn, Ferdinand Schöningh, 1989, p. 61-72. Trad. Fábio Chiqueto Barbosa, pesquisador do grupo RELLIBRA - “Relações lingüísticas e literárias Brasil-Alemanha” até 1999. Revisão de Celeste H. M. Ribeiro de Sousa, coordenadora do grupo.

Iluminismo, com sua pretensa imagem do homem demasiadamente abstrata. E, frequentemente, foram também filólogos e historiadores da literatura que lançaram, em um mesmo contexto, até mesmo os fundamentos ideológicos de certos estados nacionais específicos como, por exemplo, aconteceu logo depois da Primeira Guerra Mundial, com o desmembramento da estrutura multinacional do antigo império austro-húngaro em novas configurações políticas. O que, então, em muitos casos, se manifestou muito concretamente não foi, de modo algum, o resultado das reflexões de uma série de teóricos que começava com figuras alemãs como Herder, Grimm e Humboldt os quais, por sua vez, haviam recorrido a fontes européias mais antigas, quer francesas, quer de outro lugar na Europa, como por exemplo, Montesquieu e Vico. Tudo isso, naturalmente, só foi possível, porque, além da língua como tal, também a literatura, enquanto uma forma de arte essencialmente ligada à língua, permitiu a manifestação da variedade multinacional da cultura humana, manteve-a viva e, muitas vezes, a estimulou.

As idéias e concepções pré-românticas e românticas sobre a multinacionalidade européia vieram à tona na literatura: poetas escreveram textos de grande sucesso com o objetivo de ensinar as gerações futuras a amar a sua pátria acima de todas as coisas; autores de romances históricos nacionais ensinaram o (seu) povo a ler; apareceram hinos arrebatados sobre o amor sagrado devido ao torrão natal, capazes de pôr em marcha as massas; outros autores conclamaram a entidade nacional a, mais ou menos claramente, dominar os sete mares; surgiram, igualmente, certos hinos nacionais em que as comunidades referidas foram caracterizadas através do “sangue” comum.

Todos esses fenômenos são exemplos claros daquele elemento singular, difícil de definir, mas frequentemente grave que, na época, começou a ser idealizado, e ainda hoje é em grande parte idealizado, como “sentimento nacional” na Europa, mais ou menos dividida por fronteiras artificiais. Mal dá para contar o número de novos especialistas (germanistas, romanistas, eslavistas, etc.) nos países da Europa que, no decorrer do século XIX, e ainda pelo século XX adentro, consideraram o estudo da história da língua e da literatura de territórios nacionais específicos como uma contribuição significativa para a intensificação da “consciência nacional”, para a estabilização de sentimentos nacionais e, finalmente, para a consolidação da glória da nação, tendo suas atividades acompanhado o desenvolvimento do sentimento nacional nas belas artes.

Mme de Staël e o começo de uma literatura comparada

Muito menos conhecido deveria ser, no entanto, o fato de que - igualmente em consonância com o estudo de culturas e de literaturas específicas do nosso velho continente - há cerca de 150 anos surgiu uma disciplina que, a partir da idéia de uma unificação européia e de um cosmopolitismo declarado, desenvolveu muito cedo (isto é, assim que começaram a delinear-se com clareza as novas dimensões nacionais na variedade cultural da Europa), a ambição de construir um contrapeso para o pensamento nacional e de, finalmente, superar seus aspectos negativos através de novas formas de pensamento universalista. Seu nome, de acordo com os diversos idiomas: *littérature comparée*, *Vergleichende Literaturwissenschaft*, *comparative literature*, *literatura comparada*, *vergelijkende letterkunde*, etc. Trata-se de designações que - entendidas literalmente - nem sempre acham total correspondência entre si; no entanto, todas expressam uma função bastante específica e um objetivo: a análise das semelhanças e diferenças que existem entre as várias literaturas nacionais, bem como o estudo das relações interferentes entre essas literaturas. Resumindo ao essencial, seria *l'étude des*

relations spirituelles internationales, tal como formulado pelo comparatista francês Jean Marie Carré ainda em 1951 e, na verdade, com o intuito de conduzir a disciplina em questão ao primeiro plano, com a ajuda da literatura e dos eventos da vida literária, bem como de outras ciências humanas que, de alguma maneira, partilham o fenômeno literário ou com ele mantêm alguma relação.

Observado de modo superficial, isso poderia parecer naturalmente um campo de pesquisa e de aprendizado geral da história da literatura, a que dificilmente se poderiam apontar as últimas fronteiras. Numa observação mais detalhada, revelar-se-ia como especialização, abrangendo apenas algumas competências bem demarcadas e que, além disso, poderiam ser limitadas geograficamente. Assim, na comparatística européia, a concentração peculiar ao nosso espaço cultural ocidental, também conhecido como especificamente europeu, deu origem a um campo de trabalho conscientemente escolhido e delimitado, onde o mecanismo de ação e reação entre culturas nacionais pode ser investigado, e isso funcionou, então, como uma espécie de laboratório. Tudo isto, porém, já começara com a escritora francesa, de origem suíça, Mme de Staël (1776-1817), que coordenou a própria antipatia pelos salões culturais parisienses do século XVIII, juntamente com a oposição germânica a qualquer influência francesa sobre a cultura alemã, que havia se tornado sempre mais intensa a partir do século XVII e que, finalmente, havia se tornado aos olhos de muitos críticos e literatos alemães uma espécie de domínio, do qual a pátria deveria se libertar.

Mme de Staël viu tudo isso como uma problemática da nacionalidade, com dimensões culturais e até mesmo culturais-antropológicas claras, como uma problemática que teria de ser resolvida, no sentido da criação de um equilíbrio e de um pensamento geral europeu. Em sua obra *De la littérature* (1800) e *De l'Allemagne* (1810), desenvolveu o que seria mais tarde conhecido como a teoria das diferenças entre as *littératures du nord* e as *littératures du midi* e, através de uma insinuante simpatia para com o norte romântico, bem como para com as interpretações das diferenças entre este pedaço do norte da Europa, de um lado, e de um sul clássico e racionalista, de outro, inaugurou uma discussão sobre as assim chamadas diferenças essenciais entre a França e a Alemanha, discussão que haveria de subsistir até o século XX e que, de fato, ainda hoje expõe inequívocas conseqüências. Contudo, Mme de Staël combina tudo isto na criação de uma defesa em prol de uma nova postura européia a que ela chama concretamente de *esprit européen*.

“Literatura comparada” como disciplina acadêmica

Entretanto, a atuação de Mme de Staël enquanto escritora e crítica ainda ocorre do lado de fora dos muros acadêmicos. E esta situação perdurou, digamos - depois de algumas tentativas de eruditos como Abel-François Villemain, Jean-Jacques Ampère e Sainte-Beuve na França, os irmãos Schlegel e Hermann Hettner na Alemanha, bem como alguns outros pioneiros em outros países europeus - ainda até o fim do século XIX. Só mais tarde, os novos métodos comparatísticos adotaram formas científicas mais consistentes e, só mais tarde, foram criados nas universidades européias os primeiros programas especializados, e foram fundados cadeiras e institutos para a nova disciplina, e tudo isso também haveria de acontecer em circunstâncias hesitantes e modestas.

Assim, apenas em 1892, com a organização da primeira cadeira de *littérature comparée* da Universidade de Lyon, ocorre a ruptura decisiva: a literatura comparada, uma disciplina na verdade pequena, basicamente proveniente da maioria das filologias nacionais, não valorizada de forma especial, torna-se para os mais sagazes uma disciplina autônoma e, desde o começo, em inúmeros aspectos, muito mais promissora.

A convocação feita pela universidade de Lyon a Joseph Texte, o filho de um pai francês e de uma mãe suíça, que, por ocasião da posse deixou claro o entusiasmo que nutria pelo *esprit européen*, criado por Mme de Staël, considerando-o como um dos seus mais importantes objetivos e, acima de tudo, o fato de que - um pouco em oposição à Alemanha - a nova disciplina acadêmica na França, a partir desse momento, poderia registrar um desenvolvimento ininterrupto, constituem as razões pelas quais veio a se dizer, mais tarde, que a França foi o berço da literatura comparada. De fato, já em 1910 era fundado um Instituto de Comparatística na Sorbonne e, em 1921, fundada a *Revue de littérature comparée* francesa e, depois, da organização de outras cadeiras francesas, no período entre as duas guerras mundiais, a França tornou-se, nos anos 50, um país no qual praticamente todas as universidades dispunham de um programa de comparatística em suas faculdades de filosofia.

Pouco antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, por assim dizer, como desdobramento secundário, também se faz sentir na América uma forte influência da comparatística parisiense, de modo que, depois de 1945, a comparatística estava definitivamente estabelecida nos EUA. Além disso, o desenvolvimento da disciplina não se limitou, de modo nenhum, ao mundo ocidental. Quase que emendado no fim da era stalinista, iniciou-se igualmente no bloco oriental - primeiro com cautela, depois mais intensamente - o desenvolvimento de linhas de estudo comparatístico. Logo se percebeu que, nos assim chamados estados satélites do sul da Europa, se havia desenvolvido uma nova e muito próspera atividade comparatística. Desde então, as universidades e academias da Hungria, da Romênia e da Tchecoslováquia - sobretudo no campo da pesquisa - desempenham um papel importante no âmbito da comparatística internacional que, em nada, fica a dever aos trabalhos de países como a França e os EUA. E, por fim, também entraram em cena os países asiáticos com iniciativas comparatísticas: Índia e Japão nos anos 60 e, há bem pouco tempo, mas de maneira que salta aos olhos, já que aconteceu de novo num contexto político de distensão, a República Popular da China, onde, em 1984, não apenas se fundou uma associação de estudos comparatísticos, mas onde também se começou imediatamente a publicar duas novas revistas especializadas. Era claro: onde a comunicação entre os povos parecia oportuna e era ou se tornara de novo viável, surgia a comparatística.

A pesquisa da problemática da nacionalidade em obras literárias

Os motivos para a formação da disciplina foram claros: partindo do fato de que agora existiam diferentes literaturas e culturas específicas, relativamente independentes, que conseguiam manter sua independência desde há séculos, começou-se a perguntar pelos traços característicos dessas literaturas específicas, surgidas como entidades associadas a uma só língua, que as distinguiu umas das outras, e começou-se também a perguntar em que medida elas apresentavam traços comuns. Para isso, passou-se a investigar (na verdade, a partir de um determinado momento, até com grande entusiasmo) as relações existentes para além fronteiras. Assim, iniciou-se o estudo das influências mútuas e dos processos de recepção recíprocos. Tudo isso com a ajuda de material literário, se bem que se pensasse, desde o começo, em algo mais do que em “apenas literatura”: tratava-se, afinal, da pesquisa das assim chamadas “individualidades nacionais”, tal como podiam ser encontradas em cada cultura e em cada comunidade étnica, e tratava-se, sobretudo, da questão de como cada comunidade via esta individualidade refletida nas outras, ou como cada comunidade acreditava torná-la evidente para si mesma. Finalmente, tratava-se da pesquisa da problemática da nacionalidade vista a partir de obras e processos literários e, aqui, já estava de antemão

presente o pensamento de que isso não apenas poderia conduzir ao fato de que os povos da Europa - e também outros - poderiam afinal aprender a se entenderem melhor uns aos outros, mas também de que a idéia de supostas diferenças essenciais entre os âmbitos nacionais poderiam ser relativizadas através desses estudos.

Para tratar destes problemas precisava-se, porém, de novos métodos de trabalho e, sobretudo, de uma posição intelectual bastante definida que, diante de seu objeto de estudo, fosse livre de todas as ligações condicionadas por filologias nacionais unilaterais. Uma das características mais importantes de todas as concepções comparatísticas, que surgiram depois de Mme de Staël, e de todas as pesquisas puramente comparatísticas, baseava-se, por isso, em um único princípio: o desenvolvimento e a utilização de uma nova postura científica, (se comparada com a das filologias específicas), em conjunto com uma perspectiva particularmente européia supra-nacional e, em decorrência, de uma certa neutralidade perante as diferentes facetas “nacionais” do campo de trabalho multinacional que, frente às referidas filologias (germanística, romanística, eslavística, etc.) também representasse algo de muito novo.

Tanto a utilização por Joseph Texte do conceito *esprit européen*, forjado por Mme de Staël, como também o programa de Ferdinand Brunetière de uma *littérature européenne*, foram marcantes no começo deste século para esta tomada de posição. E mesmo antes, dispomos de um claro exemplo no experimento de Meltzl de Lomnitz com a sua *Acta comparationis litterarum universarum* - a primeira revista de comparatística européia que, de mais a mais, estava repleta das idéias de Goethe acerca de uma literatura universal. Também a obra do dinamarquês Georg Brand se situava nessa linha. E há igualmente a considerar outros testemunhos, sobretudo, dois vultos que representaram o ápice e a coroação do desenvolvimento da comparatística francesa entre as duas guerras mundiais: Paul Hazard (1878-1944) que, em 1935, com sua *Crise de la conscience européenne* publicou o trabalho comparatístico que mais sensação causou naquele ano, e Paul Van Tieghem (1871-1948) que desenvolveu um modelo supranacional de pesquisa literária que, ainda hoje, tem a sua validade, e que reuniu numa convincente síntese tudo o que a comparatística poderia realizar.

Paul Hazard/ Paul Van Tieghem e o princípio de supranacionalidade

Também o fato de que, apesar dos trabalhos já realizados e apesar das esperanças depositadas em maiores proporções na comparatística fora da Europa, a disciplina, que haveria de experimentar durante tanto tempo uma existência dificultosa, e ainda experimenta, em alguns países do nosso velho continente (entre os quais também há que contar, lamentavelmente, os territórios de língua alemã) - seja porque ela até hoje encontra resistências, seja porque seus representantes ainda não sabem apresentar de modo suficientemente claro os próprios objetivos e métodos - estava e ainda está amarrada à dificuldade de empregar e de reconhecer este princípio de supranacionalidade. Na verdade, era muito mais do que apenas uma falta de reconhecimento ou uma falta de boa vontade em renovar certas linhas de pesquisa e certos métodos antigos e consolidados. A história da literatura comparada (ou melhor, dos ensaios para criar esta disciplina, bem como das violentas oposições, com que sempre se defrontou) representa, na vida intelectual da Europa, muito mais do que um dos mais emocionantes capítulos da crônica das tentativas para se trabalhar a problemática de nossa fragmentação em nacionalidades, quer dizer, do que se

convencionou chamar de nacionalidades. Naturalmente, a nova disciplina também foi colocada em comparação com outras: seria, por exemplo, o campo de estudo que ultrapassaria o alcance de um único especialista, isto é, o seu material seria tão extenso que, muito facilmente, desandaria em diletantismo. Na verdade, tratava-se sempre do mesmo problema: havia que se exigir, incondicionalmente, dos comparatistas, de hoje e do futuro, a disposição e a capacidade de se libertarem, em um plano científico, de um tipo muito particular de pensamento marcado pelo nacionalismo.

Para isso, o comparatista deveria estar disposto e ser capaz de ver a cultura de outros países com “outros olhos”, diferentes daqueles, com os quais costumava ver os acontecimentos do próprio país e da própria tradição (em circunstâncias análogas). Deveria ele também conseguir chegar ao entendimento a partir de outras perspectivas nacionais, diferentes da sua. E mais ainda: deveria estar disposto e ser capaz, se necessário, de colocar-se sob o ponto de vista nacional do outro, bem como captar e introjetar emocionalmente, a partir daí, os acontecimentos intelectuais de outros países, tendo como pano de fundo o passado cultural-literário e a tradição cultural-literária desses outros países. Além disso, deveria, entre outras coisas, ser capaz de avaliar a sua própria tradição cultural, do ponto de vista de outras nacionalidades. Mas quem estava disposto a isto? E quem estava apto para tal?

Paul Hazard foi um daqueles comparatistas que, mais claramente, mostrou esta nova perspectiva supranacional (ou “européia”, se se quiser). Também Paul Van Tieghem o fez à sua maneira, assim como também, mais tarde, Ernst Robert Curtius que, em seus últimos trabalhos, reivindicou a necessidade de se entenderem os domínios da literatura européia a partir de alguns anos de vivência em cada uma de suas províncias. E esta perspectiva supranacional (em que cada novo objeto de estudo da matéria multinacional reunida deveria ser examinado um a um) era o elemento que constituía a real essência dessa atitude, à primeira vista, difícil. Nada mais, nada menos. Não se tratava, aqui, tanto de se tomar distância do sentimento “patriótico”, muito menos do amor a um determinado país ou a uma determinada região, onde se nasceu, e onde era possível sentir-se em casa ou até mesmo seguro. No estudo dos testemunhos culturais produzidos pelas pessoas de uma determinada região, ou de um determinado país, (isto é, na língua da região em tela), o importante era ir em frente com uma posição desprovida de influências do sentimento patriótico, próprio da região em pauta, e sem compromissos com categorias históricas de valores ou com classificações válidas apenas para a citada região. Em outras palavras: a perspectiva supranacional, aqui discutida, era pura e simplesmente uma outra perspectiva, diferente da nacional-filológica que, por seu lado, de fato, implica evidentemente numa combinação do pensamento literário com o histórico-cultural nas categorias da “própria” tradição.

O que dificultou tudo isso não foi tanto o conhecimento dos fatos, manifesto em várias línguas, que frequentemente se apresentava em extensão muito maior do que a exigida pelas pesquisas de história das literaturas nacionais, pesquisadas por especialistas na maioria dos países europeus. Também não foi o problema da delimitação do material multinacional a ser trabalhado que, afinal, também estava à disposição de outras disciplinas, como por exemplo, a filosofia.

Tratava-se, principalmente, no âmbito do trabalho literário, da disposição e da capacidade para o abandono completo de determinados modelos de pensamento tradicionais e nacionais. E isto não deveria apenas ser aprendido e mil vezes praticado, mas baseava-se igualmente em princípios próprios, capazes de oferecerem um perfil peculiar para campos específicos das ciências do homem.

*Le sentiment des différences nationales: qui l'abolira?*¹ Perguntou Paul Hazard em sua *Crise de la conscience européenne* (1935). E com isto, não quis apenas dizer que entre inúmeros europeus se estabelecera a convicção de que havia algo como “caráter nacional”, ou seja, inúmeros europeus acreditavam que haveria um “caráter popular” ou uma “alma do povo” e, conseqüentemente, também uma “psicologia do povo”. Hazard também pensava que esta convicção e esta crença eram, ao mesmo tempo, para inúmeros europeus, mais do que apenas uma opinião, pensava que muitos procuravam e encontravam nesta crença uma espécie de apoio, e que muitos mesmo sentiam-se enraizados na “própria nação”, e que, da mesma forma, inúmeros europeus auriem forças nesse sentimento de arraigamento, bem como na crença em um “caráter nacional”, em uma “alma do povo”, etc., dos quais podiam viver e que, *mutatis mutandis*, muitos se recusavam a ver esses sentimentos problematizados, mesmo que só no contexto científico. Por isso, não haveria uma disciplina, que analisava criticamente os traços do “caráter nacional” dessas nações e desses povos, uma disciplina que, não raro, relativizava o próprio conceito de nacionalidade, de representar um perigo? Neste passo, isto é, neste plano ideológico (onde temos que considerar ideologia em seu significado pleno de falsa consciência), assim como neste contexto emocional, aninhava-se, de fato, o motivo da aversão e da antipatia que, desde o começo, açoítaram a comparatística adequadamente desenvolvida e aplicada.

Analogia entre a literatura comparada e as ciências da religião

Para esclarecer as dificuldades tão especialmente colocadas, é de grande ajuda, lançar mão da comparação com outras disciplinas comparatísticas que, semelhantemente à literatura comparada, também desenvolveram um perfil próprio no decorrer do século XIX: assim, por exemplo, a ciência das religiões comparadas. As analogias são claras: ao lado das teologias tradicionais, que instruíam seus “especialistas” sobre os seus próprios dogmas, a fim de formar peritos e representantes de uma crença específica, surgiu a nova especialização, que colocava diferentes confissões lado a lado, e as estudava de um ponto de vista supra-confessional, isto é, comparava-as umas às outras, bem como examinava o que uma confissão devia à outra, ou seja, que relações mútuas existiam, realmente, entre elas. Tudo isto aconteceu dentro da convicção de que, em cada uma delas, se escondiam valores que deveriam ser respeitados, e cuja relevância científica, isto é, cujo significado não poderia ser posto em dúvida, a fim de contribuir para um melhor entendimento dos homens. Obviamente, isto implicou, simultaneamente, numa relativização de certos elos confessionais por parte dos cientistas da religião que trabalhavam comparatisticamente; também era evidente que isto, desde o começo, haveria de despertar antipatias e, certamente, não apenas naqueles que cultivavam a crença de que a salvação só poderia ser encontrada numa única religião. A luta que especialistas, como Ernest Renan e Alfred Loisy, tiveram que travar no mundo católico, mas também personalidades, como David Friedrich Strauss, Rudolf Otto, Friedrich Heiler e muitos outros em países protestantes, demonstra isso suficientemente.

¹ - (o sentimento das diferenças nacionais: quem o abolirá?)

A comparatística entre as Guerras Mundiais

É inútil continuar a dizer que a comparatística, enquanto ciência da literatura e da cultura comparadas e enquanto disciplina particularmente livre de ideologias, que se concentra na problemática das nacionalidades europeias e de suas relações mútuas, dispõe, mais do que qualquer outra ciência humana, de possibilidades especiais de contribuir para uma verdadeira melhora mundial das relações políticas entre os homens no nosso “planeta cada vez menor”.

Por isso, não é de admirar que, logo depois da Primeira Guerra Mundial, tenha surgido a idéia de ligar esta nova disciplina à concreta política de paz entre os povos que, no espírito do *plus jamais de guerre!*² deveria colaborar para a construção de um futuro mundo melhor. Foi a época em que a *Revue de littérature comparée* publicou com regularidade artigos sobre *la littérature comparée et la Société des Nations et les relations intellectuelles*, *Société des Nations et coopération intellectuelle*³, etc. etc. Também foi a época em que Léon Bourgeois, a pedido da Liga das Nações, endereçou uma carta ao comparatista parisiense Fernand Baldensperger, na qual falava sobre (*la parenté entre l'oeuvre générale de la Société des Nations et l'oeuvre particulière que vous poursuivez*)⁴.

Estes planos chegaram ao fim junto com a velha Liga das Nações e, agora, nós entendemos melhor por quê. Tudo isso padecia, evidentemente, de uma superficialidade, só mais tarde reconhecida: o idealismo que ligava os povos pesquisados não ousava abranger o problema central de toda a nossa problemática envolvendo a questão da nacionalidade, nem ousava analisá-lo livre de ideologias. Ao invés de se perguntar diretamente o que deveria ser entendido em conceitos como “povo”, “nação”, etc., e ao invés de se colocar a própria consciência de nacionalidade em discussão, a fim de problematizar a própria existência de nossas nações europeias, simplesmente passava-se por cima destas perguntas fulcrais.

O desenvolvimento que a comparatística francesa conheceu por volta do período final da Segunda Grande Guerra, no sentido da elaboração teórica de certos pontos necessários aos programas, abriu novos caminhos. Pensamos, naturalmente, na imagologia que, partindo da idéia fundamental de toda a comparatística (isto é, da experiência da alteridade no âmbito de comunidades multinacionais), não apenas pôde relativizar a imagem de outros países, como também mostrou talvez o único caminho possível para a análise das formas essenciais de uma *conscience nationale*, isto é, de uma consciência nacional: estamos falando da possibilidade de descobrir e reconhecer em seu significado e alcance totais tanto heteroimagens quanto autoimagens, que têm um papel importante nesse mecanismo internacional - na verdade, com o objetivo de relativizar o conceito de nacionalidade, no passado, tão frequentemente perturbador - a fim de, realmente, superar certas fronteiras, através da pesquisa da idéia que uma cultura tem da outra em sua literatura (e também de si mesma em relação a outras).

Marius-François Guyard denominou esta imagologia *domaine d'avenir*⁵ em sua *Littérature Comparée* do ano de 1951. Apoiava-se em estudos como os de seu professor Jean-Marie Carré sobre *Les écrivains français et le mirage allemand* (1947), onde eram

² - (guerra nunca mais!)

³ - (a literatura comparada e a Sociedade das Nações e as relações intelectuais, Sociedade das Nações e cooperação intelectual).

⁴ - (o parentesco entre a obra geral da Sociedade das Nações e a obra particular que perseguis.)

⁵ - (campo futuro de pesquisa).

apresentadas, de modo convincente, as relações intelectuais franco-alemãs (e indiretamente também políticas) desde o Romantismo até a eclosão da Segunda Grande Guerra, e onde era mostrado como estas relações tinham ficado, à época, sob a influência de Mme de Staël ou, pelo menos, de ficções baseadas nas idéias de uma Alemanha “romântica” e de uma França “clássica”.

Através de Carré compreendeu-se melhor, tanto a simpatia nutrida em relação à Alemanha por personalidades como Romain Rolland e Jean Giraudoux, quanto a hostilidade de um Maurice Barrés.

E um movimento como a *Action Française* que, ao lado de toda a aversão anti-romântica para com tudo o que provinha do “oriente”, alimentava afinal estruturas de pensamento autoritário que se assemelhavam, de uma maneira quase grotesca, aos modelos ditatoriais do odioso território germânico, movimento este que aparecia, aqui, com toda a clareza como consequência dos debates, sempre carregados de imagens já criadas ou em formação, ocorridos na França durante gerações, debates que discutiam os lados positivos e negativos do movimento romântico na Europa, visto como essencialmente germânico ou anglo-germânico.

Sobretudo foi possível apontar o verdadeiro significado que a formação de imagens no campo da literatura, durante o processo de consolidação das noções de “nação”, “povo”, etc. tinha tido na Europa - especialmente desde o período do assim chamado Pré-Romantismo - assim como foi possível apontar o papel, há muito desvalorizado, que determinados processos, durante muito tempo tidos como puramente literários, desempenharam nesse desenvolvimento. E isto implicava numa relativização unívoca dos modelos de pensamento nacional, surgidos com estes processos.

Os espaços fronteiriços enquanto espaço privilegiado da comparatística

Está claro que, para a pesquisa de tais relações, prestam-se especialmente aqueles territórios da Europa, em que diversos blocos nacionais mantêm contato ou se entrecortam. E não é por acaso que os impulsos para o desenvolvimento da comparatística européia tenham surgido a partir de tais regiões. Uma olhada no desenvolvimento da disciplina mostra-nos até mesmo que muitos dos seus até agora mais importantes representantes, ou provêm de tais regiões fronteiriças, ou com elas entraram em contato pelas circunstâncias da vida. O espaço “Benelux”: coloca-se igualmente aqui, e constitui-se mesmo num caso ideal para a problematização do próprio conceito de nacionalidade. Salta muito facilmente aos olhos que, aqui, também a literatura ou a vida literária não desempenham um papel pouco importante, que se trata de uma imagem espelhada do papel da literatura no desdobramento do nacionalismo dos blocos maiores. Os primeiros pontos de partida já se oferecem em designações obscuras ou duplas como “Flandres”, “Holanda”, “Países Baixos”, etc. que podem evocar associações extremamente divergentes, não só nas traduções para outras línguas (juntamente com a divulgação internacional de suas literaturas), mas também nos seus originais em língua neerlandesa ou francesa. Além disso, acrescenta-se a evolução das idéias de nacionalidade que obrigam, por fim, a exclusões mútuas, de modo que só a designação da proveniência “nacional-literária” dos autores já leva a notáveis complicações; e tudo isto ligado a ideologias e a anseios que, em processos da vida literária, conheceram não apenas abafamento, mas estímulo e, muito frequentemente, até mesmo suas origens.

Recordemo-nos, por exemplo, do modo como certos autores belgas, depois de 1830, ambicionaram expressar, através do seu trabalho, uma *âme belge*⁶ que deveria

⁶ - (alma belga).

consolidar a estrutura do estado belga, surgida há pouco, no sentido do pensamento nacional, e de como, em especial, os escritores da geração de 1880, que escreviam em francês, tentaram, através da valorização de aspectos específicos e de métodos eficazes da mundialmente conhecida pintura flamenga do passado, criar uma *littérature nationale* belga, que deveria igualmente fomentar uma consciência nacional belga. O que foi fomentado desta maneira foi, na verdade, a construção de uma autoimagem que se ajustava a uma heteroimagem, desenvolvida em países como a França e a Alemanha em relação à Flandres e que, em consequência, contribuiu diretamente para o sucesso internacional de autores flamengos que escreviam em francês, como De Coster, Verhaeren, Maeterlinck, Rodenbach, etc. e de escritores do território belga que escreviam em flamengo (ou neerlandês). Também se tornou significativa a maneira como - mesmo desde o Pré-Romantismo europeu - podiam ser produzidos os modelos nacionais de pensamento. Além do mais, o modelo aqui apresentado encontrava-se em inequívoca oposição ao outro modelo, oficialmente instaurado nem bem 100 anos mais tarde, de duas comunidades culturais autônomas dentro de uma estrutura de estado belga, isto é, de uma Flandres de língua neerlandesa e de uma Valônia de língua francesa. E isto coloca-se também em oposição direta à imagem de uma unidade cultural “natural” (porque se trata de comunidades lingüísticas apoiadas no neerlandês) da Flandres e da Holanda, também conhecidas em uma terminologia rica em divergências, como Países Baixos do sul e do norte, que deveriam aparecer no exterior como uma entidade monolíngue e com uma vida literária igualmente monolíngue. Portanto, da lista dos diferentes modelos de cultura nacional desenvolvidos no correr dos últimos séculos - cada um por si - que encontraram uma lógica interna e, conseqüentemente, fomentadores e partidários, há 3 que, em solo comum, se excluíram mutuamente com toda a nitidez. Será que a região “Benelux”: (sem considerar as implicações daí advindas para as relações especiais com o atual Grão-Ducado de Luxemburgo) não constitui um modelo possível de território que se presta muito especialmente a demonstrar a relatividade destes modelos nacionais? A pergunta está bem longe de ser despropositada!

Além disso, deveria bastar uma observação mais aguda das diferentes entidades e modelos nacionais, formados em tais “regiões fronteiriças” no correr dos séculos, em associação com movimentos literários, para supor que o que designamos por “nação”, e até mesmo o que chamamos de “povo” tem, possivelmente, sua origem, não tanto na outricidade (*Anders-Sein*) dessas comunidades, mas muito mais no sentir-se outro (*Sich-Anders-Fühlen*) de um grupo num determinado momento histórico bastante específico. E talvez seja o fator essencialmente decisivo, até mesmo uma consciência de alteridade ativa entre os “povos”, resultante de traços de mentalidade passageiros e de condições intelectuais e emocionais correspondentes, que fazem emergir estruturas imagotípicas as quais, desde o período do assim chamado Pré-Romantismo na Europa, designamos de elementos componentes de um “pensamento nacional”, que conduziram à problemática da nacionalidade; estruturas, caracterizadas tanto através de heteroimagens, como através de autoimagens, onde, em último caso, também se pode falar em “consciência nacional”, quando a autoimagem permanece viva e suficientemente aceita pela assim chamada comunidade nacional. Portanto, “nações” e “povos” não passam de meros modelos de pensamento, de caráter mais ou menos temporário, concretizados no espaço da história.

A dimensão política da comparatística atual

Já é tempo desta dimensão da comparatística, orientada no espírito do racionalismo crítico, ser finalmente reconhecida sem hesitações. Não se trata de uma comparatística feita para progredir através da análise comparada das características essenciais de literaturas europeias específicas - como muitos diletantes muito frequentemente a imaginaram, e como até mesmo ocasionalmente chegou a ser pensado dentro da própria disciplina (especialmente no período entre as duas guerras mundiais), a fim de se chegar ao conhecimento da “essência” diferencial das nações da Europa; trata-se, exatamente ao contrário, de uma disciplina que, em sua ambição para além fronteiras, e através de sua orientação supranacional, persegue o caráter genuíno, ou seja, no fundo, o caráter fictício da maioria das concepções europeias de “nação”, “povo”, etc., no que também se vê confrontada, então, de acordo com o grau de desideologização dessas ficções (e na verdade possivelmente até mesmo melhor do que outras ciências humanas) com a possibilidade de contribuir de modo substancial para o esclarecimento do verdadeiro significado de uma certa “solidariedade” regional das pessoas (ou seja, para o significado do verdadeiro alcance da carência de determinados sentimentos de proteção num determinado grupo). Também já é tempo do saber angariado em torno dessas possibilidades reprimidas da comparatística que, até então, se restringiam, e de modo periférico, às ciências que apenas tratavam da literatura, atingir um público bem mais amplo na Europa. Assim como também é tempo de encontrar veículos adequados para transmitir nas escolas os resultados já alcançados por esta comparatística de cunho científico, esta comparatística que fomenta o *esprit européen*, que os adultos de amanhã ainda não puderam ter a contento, e de que nós precisamos tão urgentemente. E também já é tempo deste tipo de comparatística, consciente de suas dimensões e possibilidades políticas, integrar certas linhas de pesquisa multinacionais já existentes, a fim de não se perderem mais, pelos anos afora, em nosso próprio continente, em nosso próprio “laboratório-Europa”, as possibilidades desta valiosa (importante não só para a Europa) contribuição para o desenvolvimento de nossa multinacionalidade.